



Fundação Educacional de Além Paraíba

## ANEXO X - DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro/a, estado civil \_\_\_\_\_, residente na cidade de \_\_\_\_\_, Estado/UF: \_\_\_\_\_, na Rua: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, portador/a da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo Órgão: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para servir de documento junto ao **Serviço Social da FEAP**, a instruir **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Assistencial**, ao/a aluno/a \_\_\_\_\_, na Fundação Educacional de Além Paraíba, que o imóvel que resido foi CEDIDO por \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ / citar o grau de parentesco ou afetividade, RG: \_\_\_\_\_ / CPF: \_\_\_\_\_, pelo seguinte motivo \_\_\_\_\_.

DECLARO, ainda, que estou ciente que a inexatidão das informações prestadas, além de me obrigar à devolução da importância dada como bolsa, me sujeitará às penalidades previstas no parágrafo 3º do artigo 15, da Lei 12.101/2009\*, e artigos 171 e 299, ambos do Código Penal\*\*.

Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que produza todos os seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

DECLARANTE

**\*\*\*Art. 15 - (...)** § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 2º Compete à entidade de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis."

\*\* **Art. 171** – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento"

\*\*\* **Art. 299** – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".